

Justiça de São Paulo aceita recuperação judicial da Fictor

Companhia aponta prejuízo após BC impedir aquisição do Banco Master

/INVESTIGAÇÃO

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) aceitou na segunda-feira o pedido de recuperação judicial da Fictor, que declarou ter dívidas superiores a R\$ 4,2 bilhões.

Com a decisão, a companhia terá um período de 30 dias blindagem, o chamado "stay period", contra execuções judiciais, arrestos e bloqueios patrimoniais relacionados a créditos que estejam sujeitos à recuperação judicial.

A medida era vista pela Fictor como primordial para manter a operação enquanto negocia um acordo com credores. Na Justiça, a companhia afirmou que foi profundamente afetada por uma enxurrada de informações negativas após ser impedida pelo

Banco Central de comprar o Banco Master episódio que antecedeu a liquidação da instituição de Daniel Vorcaro, decretada no final do ano passado.

Como consequência, cerca de 71% dos clientes que mantinham contratos de Sociedade em Conta Participação (SCP) pediram a retirada de dinheiro das contas da Fictor após os escândalos do Master e comprometeram a liquidez de parte das empresas do grupo.

O juiz Adler Batista de Oliveira Nobre, da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, aceitou manter somente a Fictor Invest e a Fictor Holding na recuperação judicial.

Advogados de credores tentaram, sem sucesso, incluir todas as empresas do grupo Fictor alegan-

do confusão patrimonial e a transferência de recursos das SCPs para as subsidiárias.

Por outro lado, o magistrado aceitou o pedido dos advogados que solicitavam uma perícia para averiguar pontos problemáticos na operação da Fictor, como a suposta confusão patrimonial, uma acusação de esquema de pirâmide financeira e inconsistência nos ativos, como terras arrendadas e não próprias dadas como garantia em negociações.

"A medida visa verificar as reais condições de funcionamento das requerentes e a regularidade documental, evitando o processamento de recuperação judicial de empresas inviáveis ou utilizadas para fins fraudulentos", escreveu o juiz.

Haddad diz que vazamento de nomes à diretoria do BC 'atrapalhou'

/GESTÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou ontem que o vazamento das indicações para o Banco Central "atrapalhou" a tramitação dos nomes. Em entrevista, ele disse ter estranhado uma "reação orquestrada" aos nomes defendidos para a cúpula do BC.

Houve a indicação de Guilherme Mello e Tiago Cavalcanti para duas cadeiras na diretoria do Banco Central. Os ex-diretores de Política Econômica, Diogo Guillen, e de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Gomes, deixaram os cargos no fim de 2025.

Eles foram os últimos que haviam sido nomeados pelo governo anterior. "Se quem vazou queria ajudar, atrapalhou", mencionou Haddad.

Sobre os potenciais novos diretores, o ministro da Fazenda ressaltou o currículo de am-

bos. "Cavalcanti e Mello são eticamente irrepreensíveis, quem está criticando não sabe do que está falando", ponderou.

Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia e membro do Trinity College da Universidade de Cambridge.

Para Haddad, ele "talvez seja uma grandes estrelas da economia", dentre profissionais brasileiros abaixo de 50 anos atuando no exterior.

Guilherme Mello é o atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Haddad elogiou o seu trabalho no Ministério.

Há três semanas o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou ao assunto, mas ainda haverá uma reunião para tratar diretamente das indicações.

Haddad conversou com Lula em novembro sobre o tema, mas reconheceu que o presidente ainda "não está com a cabeça nisso".

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
à informação com apenas um clique!

